

# ***Íntegra do discurso de posse do deputado Pimenta na CDH***

Assumir a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias significa assumir a responsabilidade de fortalecer esta instância como espaço de diálogo e interlocução democrática. É preciso resgatar o sentido desta Comissão para que seja, de fato, representativa da luta histórica pelos Direitos Humanos, em seus processos de promoção, proteção e defesa.

A CDH surgiu para ser um canal de ativismo político na defesa da dignidade humana, de denúncia à violação dos Direitos Humanos, de construção de caminhos para assegurar sua aplicação. Isso significa que tem um papel político e que seus representantes devem ser uma voz atuante na luta contra as diversas formas de exclusão e de discriminação.

Mas, não podemos ignorar as resistências de determinados grupos e setores que retrocedem à intolerância no campo social, político e cultural. Neste contexto, é preciso reconhecer a política dos Direitos Humanos como um dos pilares fundamentais para o alcance dos objetivos de emancipação social. Não podemos admitir a fragilização da cultura dos Direitos Humanos. É urgente que se promova o debate necessário à constituição de novas formas de convivência fundadas nos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da diversidade e da inclusão.

E para que isso aconteça é preciso definir a atuação desta Comissão a partir de concepções e práticas que se caracterizem como a antítese da violência, da segregação, do racismo, da homofobia, lesbofobia, da transfobia, da xenofobia, do sexismo e demais formas de preconceito e discriminação. Meu compromisso é de reforçar a concepção e a prática dos Direitos Humanos referenciada nos princípios da igualdade e da diferença, assumindo, como premissas fundamentais para conduzir a CDH a defesa e a garantia dos direitos de igualdade juntamente com o reconhecimento e a valorização do direito à diferença.

Nesse contexto, destaco o papel da mídia, da educação e das diferentes instituições sociais e instâncias governamentais, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, na construção de valores, atitudes e práticas que expressem os princípios da dignidade humana, da igualdade de direitos, do reconhecimento e valorização das diferenças, da diversidade, da laicidade do Estado.

Partimos do pressuposto que os direitos humanos estão em constante processo de construção e reconstrução. Portanto sua defesa, garantia e proteção estão vinculada às lutas sociais dos diferentes sujeitos de direitos.

Desse modo, quero me dirigir às chamadas minorias que compõem esta nação. Às mulheres que formam a maioria da população brasileira e que ainda convivem com a violência e a discriminação,

permanecendo como minoria nos espaços de poder político e econômico; aos negros, que representam mais de 50% de nossa população e que enfrentam em suas trajetórias diferentes expressões do racismo institucional ou cultural que abriga extermínios e genocídios como da nossa juventude negra.

Dirijo-me às pessoas com deficiência, que enfrentam a segregação, sendo excluídas em uma sociedade que não reconhece a deficiência como parte da diversidade humana; aos povos indígenas, aos quilombolas, às comunidades tradicionais, às diferentes etnias e culturas como ciganos, palestinos, judeus, libaneses, aos trabalhadores rurais, aos trabalhadores sem terra, ameaçados por um sistema que nega a interculturalidade, a diversidade e a inclusão; à população LGBT, vítima da intolerância que deixa as marcas da violência; às populações de rua e tantos outros, que no seu cotidiano sofrem a violação de seus direitos; aos que são discriminados por suas religiões e crenças.

Dirijo-me para firmar um compromisso de que esta Comissão será um fronte de resistência e luta, um canal para as diferentes expressões de segmentos e sujeitos sociais. Também, para que se fortaleça o compromisso em favor dos avanços alcançados pela sociedade brasileira e seu Estado no campo dos direitos, civis, políticos, sociais e econômicos. Refiro-me à defesa das políticas de inclusão econômica e social ocorrida nos últimos 12 anos, que tiraram 36 milhões de pessoas da miséria e 22 milhões da extrema pobreza, possibilitando o acesso a outro patamar de cidadania; à defesa das políticas públicas inclusão educacional que democratizaram e ampliaram as oportunidades de acesso ao conhecimento, à tecnologia

e aos bens culturais, transformando o papel do Estado brasileiro, historicamente a serviço das elites.

É preciso compreender que essas políticas quando os segmentos sociais, populacionais e culturais até então invisibilizados, passam a ser reconhecidos e protagonistas de políticas específicas voltadas à garantia de seus direitos de cidadania, mediante a ampliação de espaços efetivos de participação popular, em Conferências, Conselhos, Comissões e outros de diálogo institucional entre Governo e Sociedade Civil.

Mas, é preciso ir além. Este é um momento histórico onde forças conservadoras investem na derrota deste patrimônio público construído por gerações de lutadores dos Direitos Humanos. Direitos Humanos que estão sob permanente ataque de segmentos que buscam impor uma pauta de retrocessos.

Não podemos calar quando parcelas da sociedade brasileira têm dado eco às concepções fundadas na intolerância, quando vimos milícias sendo organizadas, quando os assassinatos de jovens são respaldados pelo instrumento dos "Autos de Resistência", quando um crime de estupro é confessado em canal nacional de televisão e quando um adolescente é assassinado por ser filho de casal homossexual. Não podemos calar diante dessas manifestações de ódio. Não podemos abandonar um projeto real de democracia.

Não nos furtaremos em denunciar tais movimentos e de enfrentá-los na disputa no âmbito da sociedade brasileira. O que nos orientará é um princípio elementar: todas as pessoas têm o mesmo valor. Compartilhamos de uma visão contemporânea de Direitos Humanos tão bem expressa por Boaventura Souza Santos de que “ ...Temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.”